

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 619 DE 2007

Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do PL 619/07 a seguinte redação:

Art. 1º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica, pela jornada de quarenta horas semanais, será de:

I – de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais para os habilitados em nível superior;

JUSTIFICATIVA

Busca-se, com a presente emenda, estabelecer um valor para o piso profissional nacional para os profissionais do magistério público. Ainda, norteia os planos de carreira e remuneração do magistério face à formação inicial dos professores.

O piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica é uma importante garantia de remuneração digna do professor, tanto no exercício estrito da docência, como nas atividades de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.



Faz-se necessário o aprimoramento da valorização do magistério, a partir do FUNDEB. A política educacional no Brasil não terá êxito, se não partir de um plano digno de Valorização do Magistério Nacional.

Sala da Comissão em, 19 de abril de 2007.

ELCIONE BARBALHO
Deputada Federal – PMDB/PA.

